

Alice Duarte

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Docência na FLUP desde 1990, em diversos dos seus Departamentos: Geografia, Sociologia, Ciências e Técnicas do Património, História e Estudos Germanísticos. Mestre em Antropologia Social e Cultural pela Universidade do Minho, em 1997, na especialidade de Etno-Museologia com a tese Coleções e Antropologia: Uma Relação Variável Segundo as Estratégias de Objectivação do Saber. Doutorada em Antropologia pelo ISCTE, em 2007, na especialidade de Antropologia das Sociedades Complexas, com a dissertação Novos Consumos e Identidades em Portugal: Uma Perspectiva Antropológica. A realizar projecto de investigação Pós-Doc aprovado pela FCT, em 2008, centrado na Etnografia das Organizações de Cooperação e Desenvolvimento.

O DESAFIO DE NÃO FICARMOS PELA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

Alice Duarte

Resumo

A adopção pela Conferência Geral da Unesco da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, em Outubro de 2003, tem subjacente uma intenção de sensibilização e protecção cultural que só pode ser gratificante para a disciplina antropológica dada a acrescida amplitude e vitalidade da noção de cultura que lhe está implícita. Contudo, a conceptualização do património cultural imaterial (PCI) através sobretudo de um paradigma de salvaguarda e arquivo, corporizando um ethos preservacionista, tem em si um potencial limitativo que urge desafiar. As implicações preservacionistas devem ser analisadas nomeadamente ao nível das actividades do Museu, defendendo-se aqui a necessidade de ultrapassar a dominância de tal ethos como única forma da instituição museológica deixar de ser o Mausoléu de que fala Theodor Adorno [1967], celebrando apenas a sobrevivência do passado, e possa contribuir também para o florescimento e renovação das realidades culturais contemporâneas.

Palavras-chave: Património Cultural Imaterial, Museu, Convenção da Unesco

Abstract

The adoption by the UNESCO General Conference of the Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage, in October of 2003, has the underlying intention of sensitization and cultural protection that can only be of gratification to the discipline of anthropology given the increasing volume and vitality of the notion of culture that this implies. However, the conceptualization of intangible cultural heritage (ICH) through above all the paradigm of safeguarding is archival, embodying a preservationist ethos which has a limiting potential that begs a challenge. The preservationist implications should be analyzed namely at the level of museum activities, defending in this paper the necessity of going beyond the dominance of such ethos, so that the museum institution is no longer the Mausoleum referred by Theodor Adorno (1967) – which celebrates only the survival of the past – and can contribute as well to the flourishing and renovation of contemporary cultural realities.

Keywords: Intangible Cultural Heritage, Museum, UNESCO Convention

Introdução

Iniciada na década de 60 do século XX, a acção normativa da Unesco no domínio da protecção cultural produziu os seus primeiros efeitos concretos em 1972, com a adopção da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural através da qual se procurava activamente fomentar a protecção e valorização de um “património cultural” concebido como identificável em objectos arquitectónicos, monumentais, escultóricos e pictóricos, em conjuntos coesos de estruturas edificadas e em lugares naturais humanizados com reconhecido valor histórico-estético-antropológico (Unesco, Paris, 1972). A concepção do património cultural demasiado restritiva aí subscrita justificará as subseqüentes sucessivas medidas promotoras da defesa e valorização de bens culturais cujos contornos não os definiam como passíveis de protecção pela legislação de 1972. Em 1989, a Conferência Geral adopta a Recomendação sobre a Protecção da Cultura Tradicional e Popular. Em 1997 é lançado o programa para a Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade cujas sucessivas Proclamações de 2001, 2003 e 2005 – sob a égide do japonês Koïchiro Matsuura como Secretário-geral da Unesco – vão inscrevendo até um total de 90 Obras-Primas, correspondentes a outros tantos “espaços culturais” e “formas de expressão populares e tradicionais”. Finalmente, em Outubro de 2003, a partir de um esboço de texto inicialmente elaborado apenas como documento de trabalho mas transformado em proposta votada e aprovada sem qualquer voto contra, a 32ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em Paris, adopta a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI) que entrará em vigor a 20 de Abril de 2006 e à qual Portugal aderiu em Agosto de 2008. Ainda que brevemente referido, o panorama acabado de retratar elucida sobre a existência de um movimento de protecção internacional do património cultural por via legislativa, bem assim como um ganho de reconhecimento das suas dimensões mais imateriais, em detrimento de uma acepção inicial sobretudo monumental e material. Nomeadamente depois da adopção da Convenção de 2003, o conceito de PCI passou a dominar quer a arena internacional, quer os discursos institucionais e legislativos nacionais, onde peritos e decisores das comissões nacionais da Unesco têm procedido e apoiado a elaboração de listagens e planos de acção visando a salvaguarda desse património. A proposta do presente texto é proceder a uma reflexão crítica sobre os contornos da noção de PCI enquanto discurso oficial de preservação, examinando as implicações conceptuais e operacionais de o manter devedor de um ethos preservacionista ou, pelo contrário, de o libertar de tal tendência.

Património Cultural Imaterial: novo ou velho discurso?

No livro que já pode ser rotulado como um clássico, *The Past Is a Foreign Country*, David Lowenthal (1985) evidencia a emergência da noção de património como expressão do ethos preservacionista moderno. Enquanto rebelião contra a tradição herdada e, portanto, aceleração da história corporizada numa ruptura entre o passado e o presente, a Modernidade trouxe consigo o culto da preservação e da nostalgia preservacionista: “preservamos porque o ritmo da mudança e desenvolvimento tem atenuado uma herança integral da nossa identidade e bem-estar (...) porque não mais somos íntimos o suficiente com essa herança para a retrabalhar criativamente” (1985: XXIV). Traduzida no desejo de salvar tudo o que pode vir a desaparecer, essa mentalidade preservacionista moderna encontra os seus temas-chave nas ideias de perda e trauma, recuperação e revitalização. Enquanto ethos dominante da Modernidade ocidental esse é também o pano de fundo que orienta e modela o desempenho da Unesco, cujas actividades normativas e legislativas correspondem à emergência, agora, da comunidade internacional como agente de salvaguarda da herança do passado em risco de destruição e/ou esquecimento. Que o movimento internacional de protecção do património fomentado pela Unesco é expressão desse ethos preservacionista dominante, pode ser ilustrado pela própria consideração do contexto em que foram iniciadas as actividades da instituição. Criada no pós-II Guerra Mundial com o intuito de promover a cooperação internacional nas áreas da educação, ciência, cultura e comunicação (www.unesco.org), a acção normativa da Unesco iniciou-se nos anos 60, desencadeada pelo problema da realocação dos Monumentos Núbios ameaçados de imersão pela construção da barragem de Aswan (Hassan, 2007). A Convenção de 1972, genericamente conhecida como a Convenção do Património Mundial, resultou da subsequente internacionalização bem sucedida daquela campanha de sensibilização e protecção do património monumental núbio. De entre os vários autores (Cleere, 2001; Meskell, 2002; Butler, 2007; Rowlands, 2007) que têm vindo a discutir as implicações do ethos preservacionista no entendimento do património mundial, D. Byrne (2004), a propósito das recomendações enunciadas na Convenção de 1972, faz notar o quanto os procedimentos prescritos assentam

em exclusivo numa “conservação etic” (idem:19)¹ demasiado distante de qualquer entendimento local de património e, pelo contrário, promovem um discurso científico do património como o seu discurso oficial.

Sabendo nós que a noção de PCI foi inventada tendo em vista a superação das limitações da Convenção de 1972 e que a criação desse novo conceito significou a emergência de um novo discurso sobre o património, importa analisar até que ponto o novo entendimento sobre património supera o anterior, matizando aquela tendência preservacionista e abarcando, de facto, não só monumentos e sítios, mas também práticas, crenças e competências que necessariamente precisam ser sustentadas e perpetuadas pelas respectivas “comunidades de praticantes” (Deacon e tal., 2004).

De acordo com a Convenção de 2003:

“O PCI significa as práticas, as representações, as expressões, o conhecimento, as competências – assim como os instrumentos, os objectos, os artefactos e os espaços sociais associados – que as comunidades, os grupos e, nalguns casos, os indivíduos reconhecem como parte do seu património cultural. Este PCI, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e pelos grupos em resposta ao seu ambiente, à sua interacção com a natureza e à sua história, e fornece-lhes um sentido de identidade e continuidade, assim promovendo o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. (...) Está manifesto no interior dos seguintes domínios:

1. Tradições e expressões orais, incluindo a linguagem como veículo de património imaterial;
2. Artes performativas;
3. Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
4. Conhecimento e práticas relativas à natureza e ao universo;
5. Artesanato tradicional.”(Unesco, 2003, Artigo 2)

Prestando atenção ao transcrito e ao texto integral da Convenção de 2003 surge bastante evidente que a noção de PCI é em larga medida uma tentativa de resposta às lacunas antes detectadas, não apenas a anterior desatenção a manifestações culturais como a música, as artes tradicionais ou a própria linguagem, mas também

¹ Os termos *etic/ernic* foram criados pelo linguista e antropólogo Kenneth Lee Pike (1912-2000) a partir da distinção entre *phonetics* (fonética) e *phonemics* (fonémica) para designar, respectivamente, o estudo objectivo dos sons de uma língua realizado por cientistas e os conhecimentos e significados subjectivos dos sons da língua detidos pelos seus falantes naturais. Extravassando o sentido linguístico original, o par de termos é actualmente utilizado por diversas áreas disciplinares, servindo para remeter para a oposição entre abordagens mais exteriores ou descontextualizadas que procuram definir categorias independentes de especificidades locais e abordagens segundo um ponto de vista mais interno dos fenómenos que incluem os significados e interpretações dos sujeitos participantes.

o papel central que é agora reconhecido à participação das comunidades locais na transmissão daquele património imaterial. Este, como tal, de forma manifesta não existe em si, precisando necessariamente de ser mediado pela acção humana para que possa existir.² Segundo a definição formulada, o PCI remete para uma espécie de conhecimento distribuído e fluído que não precisa de se manifestar em formas ostentosas ou espectaculares, mas que é expressão valiosa de criatividade das pessoas e do carácter vivo das dimensões culturais da sua existência.

Contudo, apesar da importância de tais declarações de princípio, é incontestável que o discurso continua a ser dominado pelo fantasma da perda e da ameaça de desaparecimento. Em função disso, não só se repetem as palavras-chave antes mobilizadas, como o desejo de salvaguardar e a sua urgência alcançam, agora, áreas até então não atingidas. A ideia do “património em perigo” continua a ser um aspecto central da nova narrativa do património, sendo que agora os principais agentes responsabilizados pela ameaça são a “globalização”, a “mudança social” e a “falta de recursos financeiros”: “Os processos de globalização e transformação social, ao mesmo tempo que criam as condições para um renovado diálogo entre as comunidades também dão origem, como o faz o fenómeno da intolerância, a graves ameaças de deterioração, desaparecimento e destruição do PCI, em particular devido à falta de recursos para a salvaguarda de tal património.” (Unesco, 2003, Preâmbulo)

O que qualquer antropólogo dirá é que a deslocação do PCI do seu território original não pode ser visto como um mal em si mesmo, e se algo precisa ser preservado é fundamentalmente o processo social, única forma de assegurar a criação continuada de valores. Neste sentido, um qualquer processo de manutenção patrimonial, mais do que ser vítima, cruzar-se-á com processos como o da globalização ou o do turismo, podendo surgir revitalizado da subsequente hibridação cultural que daí resulta. Ver os crescentes movimentos da população mundial, a inovação tecnológica ou a expansão dos centros urbanos como constituindo um risco para o PCI pelas rupturas que causariam na continuidade entre as gerações, é subscrever uma noção de cultura que não resiste à sua apreciação como algo vivo, dinâmico, significativo e continuamente recriado pela comunidade dos seus praticantes. Em função do exposto, não resta senão a constatação de que a conceptualização do PCI no discurso internacional da Unesco está baseada numa óbvia contradição

² *Claro que, segundo a noção de cultura normalmente adoptada pela Antropologia, essa mediação humana está implícita a propósito de qualquer manifestação cultural, não fazendo sentido a esse respeito falar de duas categorias separadas ou estabelecer qualquer dicotomia entre manifestações “materiais” e “imateriais” de cultura.*

pela qual se torna manifesta a manutenção do habitual ethos preservacionista. Por um lado, há o reconhecimento que parece ser feito quanto ao facto do PCI estar em constante mudança e recriação ao longo da transmissão entre as gerações, bem assim como as exigências colocadas pela própria Unesco aos países membros para que promovam e alcancem uma participação o mais alargada possível das comunidades, grupos e indivíduos na salvaguarda e gestão do seu património (Artigo 15). Mas por outro lado, o que aparece acima de tudo frisado é a necessidade de protecção e preservação desse património que surge como colocado em perigo iminente pelos próprios contextos sociais actuais tidos como capazes de banir as suas práticas e significados. Ou seja, a conceptualização do PCI traduz uma contradição estrutural flagrante, senão mesmo um conflito, entre uma visão da dinâmica social no presente, necessariamente ligada a um tempo, a um espaço e à respectiva comunidade de praticantes, e uma visão de conservação do passado que inevitavelmente o imobiliza e descarta os seus actores.

A ideia básica de que a não-conservação de um bem cultural significa uma perda traumática, sendo tradutora do recorrente paradigma preservacionista, surge expressa de vários modos. Desde logo, na própria ideia de “salvaguarda” que sustenta a nova narrativa do património vivo. Sendo verdade que o termo “salvaguardar” tem uma conotação menos forte e estática do que as noções de conservação ou protecção e que o seu uso no texto da Convenção de 2003 aparece cruzado com alusões a “florescimento” e “desenvolvimento sustentável” (Blake, 2006: 40), essa característica terminológica do novo discurso de recuperação do património não deixa de reenviar para uma noção de herança cultural ligada sobretudo ao que está em risco, apresentando-se o temor da perda como a razão instrumental fundamental para o desenvolvimento das correspondentes acções de salvaguarda. Igualmente sintomático da supremacia da mesma ideia é o teor das medidas normativas relativas às Obras-Primas da Humanidade. A noção de PCI ficou reconhecida na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizada no México em 1982,³ quando foi criada a secção do “património não-material” e este passou a surgir incluído na nova definição de cultura e de património cultural. Mas no programa para a Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade, lançado em 1997, entre os critérios de selecção, é frisado que relativamente ao espaço ou forma de expressão cultural a incluir na respectiva listagem é “necessário ser demonstrado (...) o risco do seu desaparecimento, devido (...) aos processos de mudança rápida ou à urbanização ou à aculturação” (Unesco,

³ Em 1973, a Bolívia tinha apresentado uma proposta de acréscimo de um protocolo à Convenção de 1972, visando a protecção do Folclore.

2004). A não satisfação desse critério fundamental do risco de desaparecimento foi o que levou a candidatura portuguesa apresentada em 2002 a ser rejeitada, já que os cinco itens culturais indicados para serem listados como Obras-Primas – entre os quais figurava o Fado – não correspondiam a manifestações culturais em vias de extinção (Ramos, 2005).⁴ E expressão flagrante do mesmo é também o facto da Convenção de 2003, enquanto documento orientador das acções de salvaguarda do PCI a nível internacional e nacional, definir como medida crucial a realização dos respectivos inventários, apenas em função dos quais poderá ser aceite a inscrição de um dado elemento do património imaterial na “Lista do PCI da Humanidade” ou na “Lista do PCI necessitado de salvaguarda urgente” (Artigo 16 e 17). No caso de Portugal, o Instituto dos Museus e da Conservação, enquanto organismo responsável pela definição e implementação da política cultural nacional para a salvaguarda do PCI, elegeu como sua principal e mais imediata tarefa a concretização daquele inventário nacional, bem assim como o desenvolvimento de guiões e sistemas de informação que, suportando um acesso livre e online àquele material, ajudem a cumprir a exigência da Unesco de uma participação das comunidades, grupos e indivíduos tão alargada quanto possível. Concordaremos todos que a salvaguarda deste ou doutro património encontra na sua documentação e registo um auxiliar precioso, nomeadamente de sensibilização; mas, em simultâneo, deve ser também evidente que nenhum levantamento do património, por mais exaustivo que seja, assegura a sua renovação, e menos ainda, a sua renovação participada.

É inequívoco, portanto, o pendor preservacionista veiculado pela narrativa institucional do património imaterial. Enquanto discurso oficial de preservação, nacional e internacional, a conceptualização do PCI traduz a manutenção sobretudo de um paradigma de salvaguarda e arquivo que não merece o rótulo de novo na plena acepção do termo. Apesar dos esforços no sentido de uma concepção do património que não caísse nas mesmas abordagens demasiado padronizadas e universalistas da Recomendação de 1989 (cujas medidas eram, por sua vez, em grande parte decalcadas do Artigo 4 do documento legislativo de 1972), a Convenção de 2003 continua a exhibir aquilo que Guido Pigliasco (2009: 122) não teve reservas em chamar “estratégias do século XIX, inspiradas nos irmãos Grimm (que colectaram histórias populares dos camponeses alemães).” Mas se é indesmentível que o movimento de protecção do património fomentado pela Unesco é expressão do habitual ethos preservacionista, o objectivo do presente texto

⁴ *A candidatura do Tango a Obra-Prima, pela Argentina, será igualmente rejeitada pelo mesmo motivo de não se encontrar em risco de desaparecimento.*

não é, contudo, a mera denúncia de tal facto. Mais do que isso, o que pretendo é fazer notar a necessidade de não ficarmos pela ideia de preservação no mero sentido de conservação de sobrevivências do passado, evidenciando o quanto desafiar a narrativa dominante do património pode ser fundamental para tornar a noção de PCI operacional e efectiva, em termos de instrumento para o desenvolvimento dos sentidos de continuidade e identidade cultural das comunidades e dos indivíduos. Para isso proponho uma re-conceptualização do PCI pela qual sai reformulada a interacção entre o tradicional e o contemporâneo.

O Contemporâneo no Património Cultural Imaterial

A grande questão que precisa ser respondida para que se possa chegar a práticas patrimoniais e museológicas alternativas em relação às meramente preservacionistas é se, de forma inevitável, “a preservação exclui outros usos do passado” (Lowenthal, 1985: XXIV), sendo necessariamente angustiante o estabelecimento de quaisquer outras “conexões criativas com o passado” (idem: 364). Só uma resposta frontalmente negativa a esta questão permitirá que se ultrapasse a contradição antes apontada do discurso oficial reconhecer que o PCI está em constante mudança e recriação e, em simultâneo, apontar os contextos sociais actuais como pondo em perigo as práticas e significados desse património. Aquela contradição tem subjacentes dois posicionamentos básicos: por um lado, fica estabelecido o entendimento do PCI como essencialmente voltado para as tradições em vias de extinção e, por outro lado, dado esse perigo iminente, a sobrevivência das suas práticas e significados surge como dependente das medidas normativas estabelecidas e feitas cumprir pelos organismos internacionais, i.e., ficaria dependente da “conservação etic” de que fala Byrne (2004: 19). Uma resposta negativa à questão colocada permite ultrapassar esses dois pressupostos e dar o primeiro passo para re-conceptualizar a noção de PCI como entidade viva que pode e, inevitavelmente, sofrerá transformações, sem que isso signifique o seu desvirtuamento.

Muito dificilmente o património poderá servir o sentido de identidade e de continuidade das comunidades se ele remeter em exclusivo para práticas e expressões culturais moribundas que perderam o seu significado e são mantidas apenas através de medidas artificiais e intervenções burocratizadas (Nas, 2002; Kirshenblatt-Gimblett, 2004). Tornar mais operativa a noção de PCI implica desafiar a sua narrativa dominante reconceptualizando-a como algo em constante negociação, através do que manterá um carácter dinâmico e não de mera celebração da sobrevivência do passado e terá mais possibilidades de corporizar um modelo de

“conservação emic” sustentado pela respectiva comunidade de praticantes. Um tal posicionamento passa pela aceitação de que têm de ser repensadas as relações entre o passado e o presente.

Se as medidas de preservação de uma qualquer manifestação cultural colocarem a sua ênfase na documentação e no arquivo, de tal modo que os seus praticantes sejam constringidos a apenas repetirem gestos e palavras sem qualquer possibilidade de mudança ou reapropriação das respectivas práticas e significados, o elemento patrimonial em questão não pode ser tido como uma entidade viva. Para que tal aconteça é necessário que as medidas normativas visando a preservação não obriguem à imobilidade, nem impeçam o estabelecer de novas “conexões criativas com o passado” (Lowenthal, 1985: 364). Será essa a única forma de efectivamente obter a participação e adesão das respectivas comunidades de praticantes. E isso só pode ser potenciado pelo estabelecimento e continuado reforço das inter-relações entre o tradicional e o contemporâneo. Sendo inútil a tentativa de pretender salvar todos os vestígios do passado e apresentando-se a participação da comunidade na transmissão do património intrinsecamente contrária à ideia de preservação no seu sentido mais estrito, estratégico será dirigir os esforços no sentido de retrabalhar criativamente a herança cultural. Subscrevendo uma noção de PCI que efectivamente o entenda como uma riqueza viva, e não como as últimas relíquias salvas, esta nova postura surgirá menos interessada em acervos históricos que ameaçam desaparecer do que nos fenómenos de transformação e reapropriação da tradição. Nessa nova abordagem do PCI serão levadas em consideração as práticas renovadas e reinventadas pelas gerações contemporâneas, enquadrando-se as respectivas manifestações culturais e patrimoniais como realidades híbridas e mutáveis resultantes do cruzamento continuado entre o tradicional e o contemporâneo. Assim sendo, o património (imaterial, mas também material) surgirá concebido como tendo inerente a si a negociação e a transitoriedade já que é através delas que vai sendo reapropriado e dinamizado ao longo dos tempos. A este propósito é de todo pertinente reter a proclamação do arqueólogo Cornelius Holtorf (2006) quanto ao passado e a negociação do passado ser um “recurso renovável”. Defendendo que a preservação e a destruição não são necessariamente categorias diferentes já que ambos os processos transformam de modo fundamental o elemento patrimonial sobre o qual actuam, C. Holtorf (2006: 106) afirma que “certo grau de destruição do património e sua perda não é apenas inevitável, mas pode ser um acto desejável”, pelo que pode possibilitar quer de criação, quer de reivindicações genuínas sobre um determinado património. Fundamental será, então, que a mudança e a instabilidade passem a integrar a noção de património e a serem percebidas como inerentes às suas políticas de dinamização.

Definitivamente entendido, não como restos ou vestígios de realidades culturais ameaçadas de extinção, mas como uma entidade viva que é renovada, reinterpretada e reinventada pelas gerações contemporâneas, o PCI tem acrescidas possibilidades de emergir como um meio de investir as comunidades com poder sobre o seu existir. Para que isso possa acontecer é imprescindível que, no discurso de defesa do património, a contemporaneidade não fique submergida pela tradição enquanto dimensão central da representação e da reivindicação das identidades locais. Ou, dito de outro modo, é imprescindível que o património possa ser um elemento constituinte da vida das pessoas e, simultaneamente, adaptável a essas vidas. Será em função desta ideia de património como abrangendo conhecimentos e práticas necessariamente fluidas e em constante negociação que ele poderá ser concebido como um desempenho actualizável, como tal posto ao serviço da construção de identidades coevas e tendo um efectivo papel instrumental na promoção do desenvolvimento das comunidades.

Tendo por pano de fundo esta outra concepção do PCI onde, em vez do temor da perda, a razão instrumental para a defesa do património será sobretudo a dinâmica social contemporânea, importa dispensar agora alguma atenção à instituição museológica e suas actividades, de forma a equacioná-la para lá do ethos preservacionista dominante, salientando o seu potencial contributo também para o florescimento e renovação das realidades culturais contemporâneas.

O Património Cultural Imaterial no Museu

Como uma das principais instituições responsáveis pela concretização das políticas de património, também no Museu o seu discurso dominante como preservação e autenticidade precisa ser desafiado e retrabalhado através da ideia de transformação e renovação. Apesar de todos os desenvolvimentos desencadeados nos anos 80 pelo movimento designado Nova Museologia, de uma forma geral ainda hoje será pertinente fazer notar a necessidade de renovação do Museu no sentido de uma deslocação em direcção à apreciação do “imaterial”. Importa que fique claro que com esta afirmação não estou de modo nenhum a defender uma polarização ou, sequer, uma clara distinção entre património material e património imaterial, antes subscrevendo a posição enfatizada por Laura Smith (2006:44-64) de todo o património ser, em primeiro lugar, uma “prática cultural” que, como tal, forma “conjuntos de valores e significados”, sendo o seu manuseamento – sempre e em todos os casos – a exploração dessas facetas “imateriais”. Mas os efeitos das abordagens museológicas tradicionais podem ser especialmente devastadoras sobre o PCI, corporizando a sua “fossilização”, quando o exploram como fazem, por vezes,

com os objectos, desconectando-os das suas fontes originais que são as pessoas e os respectivos contextos políticos, culturais e económicos que envolvem as suas acções. Só alterando as suas políticas e metodologias tradicionais e, sobretudo, a percepção do património como algo assente na materialidade, o Museu poderá ter algum papel efectivo na salvaguarda e dinamização do PCI.

Apesar do que pode ser chamado reconhecimento tardio da dimensão imaterial do património e de tal facto ter decisivamente contribuído para a predominância da conservação dos artefactos sobre a consideração dinâmica dos ambientes culturais, no início deste século XXI, o movimento de protecção internacional do património passou a atribuir ao Museu expressas responsabilidades na salvaguarda do PCI. O momento de viragem desse movimento envolvendo a instituição museológica começou em 2002, no Encontro Regional da Ásia-Pacífico do ICOM, de cujos trabalhos resultou um conjunto de orientações onde se faz apelo a “esforços para a conservação, apresentação e interpretação do PCI e ao desenvolvimento de instrumentos e padrões de documentação para estabelecer práticas de museu holísticas” (ICOM, 2002). Em Outubro de 2004, traduzindo a subscrição do ideário da Convenção de 2003, a 21^a Assembleia Geral do ICOM adopta a Declaração de Seul, onde é frisada a importância do património imaterial e cuja principal mensagem é a indicação de que o Museu devia mudar o seu foco do material – os objectos, os artefactos e a cultura material imóvel – para as histórias, ideias e práticas culturais que constituem a verdadeira natureza do PCI (Baghli, 2004). Os participantes assinalam as dificuldades que tal reorientação poderá acarretar, recomendando que os profissionais do Museu se tornem mais conscientes da importância do património imaterial através de programas de treino, e apelam à mudança de mentalidade para que sejam reconhecidos os aspectos imateriais de todo o património, bem como as suas expressões sem manifestações físicas.⁵ O conjunto de documentação e reflexões produzidas vai deixando claro que as práticas até agora predominantes no Museu, sobretudo relacionadas com a colecta, preservação e exibição das representações materiais do património, são em grande parte o oposto do que seria desejável ao objectivo da promoção do PCI. O céptico membro do júri da primeira Proclamação das Obras-Primas da Humanidade, Richard Kurin (2004: 8) declara abertamente que as práticas dos museus tradicionais são inadequadas para a tarefa de salvaguarda do PCI, mas faz isso para logo de seguida afirmar que o “problema é que não há melhor instituição para fazer

⁵ Nesse mesmo ano de 2004, a publicação periódica da Unesco, *Museum International*, dedicou um número duplo à temática do PCI. Em 2000, o n.º 32 das *Study Series* do ICOM tinha sido dedicado à *Museologia e ao Património Imaterial*.

isso”. A situação parece, de facto, ser esta: cresce todos os dias a consciência de que o património imaterial tem uma natureza viva e sempre em transformação, mas tal constatação não pode constituir-se como um obstáculo para o Museu, apesar de até agora ele ter estado concentrado sobretudo em dimensões mais estáveis das manifestações do património. Mesmo que apenas tacteando e ainda sem exemplos muito numerosos de boas práticas, o caminho a seguir passará decerto pela necessidade de institucionalizar algumas mudanças nas actividades e práticas do Museu. Essa será a condição da instituição museológica deixar de ser o Mausoléu de que fala Theodor Adorno [1967] (1981): um repositório de cultura material fora de uso, onde é flagrante a falta de conexão orgânica entre as pessoas que o visitam e os objectos que nele figuram. Em sua substituição importa fazer com que possa emergir um “museu vivo” que não tenha por objectivo a preservação estrita da tradição, mas seja capaz de estabelecer pontes sempre renováveis entre o passado e o presente, através da descoberta das influências contemporâneas actantes nas interpretações do património da comunidade que o abriga.

Apelando a essa nova noção de PCI delineada nas páginas anteriores, há algumas inovações possíveis de elencar que o ajudarão a fazer emergir como foco central dentro do Museu. A primeira alteração obrigatória será a percepção de que qualquer abordagem museológica deve tomar em linha de conta os laços inexoráveis estabelecidos pelas pessoas com o seu património e deste com o mundo social, cultural, económico, político e ambiental que o envolve. A prática museológica convencional normalmente concretiza a remoção das representações do património das suas comunidades e territórios, localizando-as num edifício. Sem que tal prática precise ser suprimida, mas em articulação com ela fazendo entrar em jogo um entendimento do património imaterial como mantendo um relacionamento profundamente simbiótico com o património material, a montagem expositiva logrará transformar uma paisagem inerte de objectos em algo vivo e expressivo de valores culturais. Para além, contudo, da erradicação da ideia do “imaterial” como componente residual ou secundário e da correspondente tomada de consciência de que nenhum dos dois componentes do património pode ser negligenciado – sendo defensável até que tal figure expresso na Missão do Museu –, em seguida é preciso não esquecer que as expressões culturais, porque são vivas, mudam de acordo com a utilização que delas fazem as pessoas nos múltiplos contextos em que com elas interagem. Assim sendo, o Museu tem necessariamente de alargar os seus focos de abordagem neles incluindo – de modo diversificado e renovável – os territórios e as comunidades que são os detentores do património. Sobretudo nos museus municipais ou de base local é fundamental que as populações e os seus territórios se tornem parte integrante da Missão do Museu. Porque a “cultura” ou

o “património” não existem como tal mas apenas através da mediação humana, a deslocação do Museu centrado nos objectos para um outro centrado nas pessoas deve querer dizer a inclusão do conhecimento das práticas e significados do património sustentados pelas suas comunidades de praticantes, numa base de criação e renovação constantes. Um Museu vivo será aquele que for capaz, não só de olhar para além das suas colecções materiais, mas também, de as equacionar não apenas em termos do passado, em alternativa deixando-se implicar pelas realidades contemporâneas e identidades em mudança das respectivas comunidades. Levando as pessoas a confrontarem-se não apenas com os materiais históricos da sua identidade, mas também, e de forma renovada, a conectarem-se com as facetas mais contemporâneas das suas identidades culturais, esse Museu vivo será capaz de auxiliar as próprias pessoas a descobrirem quem são e a desenvolverem sentimentos de pertença e comunhão.

Tentando cumprir a auto-imposição de fornecer um mínimo de concretização quanto aos meios de levar a cabo a defendida inclusão do território e da comunidade, sem veleidades de exaustão há algumas sugestões que arrisco enunciar. De um modo geral, parece-me defensável que a renovação da cultura material no presente e correlativas representações de mudanças de identidades locais sejam dadas a ver no Museu. O objectivo de atender à dinâmica dos ambientes culturais, e não apenas à conservação dos seus antigos produtos materiais, autoriza a que o Museu possa ser pensado como um espaço performativo de exibição onde será possível revelar toda a amplitude de criatividade local, nomeadamente contemporânea. Assim sendo, no seu espaço, poderão também ser concretizadas quer a apresentação do trabalho de personagens locais (ou, de qualquer modo, cruzadas com o local) como escritores, artistas plásticos, artesãos ou desportistas, com os quais serão de encorajar protocolos de colaboração, quer a exibição de artes performativas, não necessariamente tradicionais, ou outros eventos culturais tocando temáticas sociais contemporâneas. A organização desses eventos será um modo pró-activo de valorizar o meio cultural circundante e de contribuir para um processo de construção identitária coerente territorial e temporalmente. Em paralelo, será lógico que sejam também levados a cabo programas de recolha e estudo do respectivo PCI regional, atendendo à produção e uso de histórias, memórias e testemunhos que permitam uma documentação até ao presente dos valores culturais da respectiva comunidade. Em relação a tal tarefa, bem assim como a qualquer iniciativa de patrocínio local relativo à promoção da criação artística, a nota que convém deixar é que essas actividades não devem de modo nenhum ser restringidas ao “antigo” ou “original”, esquecendo ou considerando irrelevantes as formas novas ou híbridas que, entretanto, possam ter surgido.

Uma outra possibilidade, claro, é utilizar o próprio acervo do Museu para através dele se chegar ao mesmo debate sobre a comunidade na contemporaneidade. Se a dimensão imaterial das colecções for efectivamente valorizada e atendida, pode concretizar-se uma deslocação de abordagens mais estéticas para abordagens mais experienciais dos objectos, através do que se torna possível remeter quer para a vida social dos artefactos até ao presente, quer para a memória colectiva da respectiva comunidade. Isso permitirá desmontar, por exemplo, questões relacionadas com os materiais de que são feitos, sua origem e valores relativos, os recursos utilizados e suas implicações sociais, económicas ou outras, as histórias, memórias e sentimentos que lhes podem ser associadas, quer entre os seus produtores originais, quer entre os seus actuais usufrutuários. Esta estratégia pode ser um meio eficaz de tornar os visitantes conscientes do carácter parcelar e optativo de qualquer exposição museológica, bem assim como do carácter dinâmico e renovável das realidades sociais. Se os diversos atributos materiais de um qualquer património claramente encontram na componente imaterial que lhe está associada o meio da sua valorização, pois que só a consideração da interacção humana e dos pensamentos sobre o património permite a focagem dos seus valores e significados, essa valorização tem fortes possibilidades de sair aumentada quando a abordagem holística do passado e do presente consegue trazer os temas em debate até à vida actual das populações.

No final, todos esses esforços de contextualização contemporânea acabam inevitavelmente por conduzir a uma animação sócio-cultural e a uma difusão do património que concretizará uma sua promoção muito mais emic, no sentido de corporizar a substituição de um discurso essencialmente institucional ou académico por um outro mais próximo ou reapropriado pela comunidade local. Em países como o nosso, sem grandes clivagens culturais ou rupturas políticas recentes, a ideia de deslocar poder para as comunidades através do mecanismo das curadorias comunitárias nos museus encontra muito mais resistências do que no caso de países com minorias culturais há muito reconhecidas ou onde processos de reconciliação política estão em curso, como acontece, por exemplo, no caso do Canadá ou da África do Sul. Mesmo considerando justificado não recorrer ao mecanismo das curadorias biculturais ou pluriculturais, é fundamental que o Museu perceba a importância de incluir nas suas abordagens as auto-representações actualizadas da comunidade que o abriga. Através desse procedimento e correspondente aproximação a um modelo de conservação mais emic, é possível a demonstração das transformações e das vitalidades locais, em função do que o Museu se permite contribuir para o desenvolvimento dos sentimentos de continuidade e identidade cultural da comunidade.

Uma segunda alteração a institucionalizar para que o PCI possa emergir como foco central dentro do Museu diz respeito à percepção de que toda a abordagem museológica deve evitar o seu tratamento em termos de essencialismos culturais ou identitários. A este propósito, a ideia principal a rever, senão mesmo a erradicar, é a de “autenticidade”, pelo que tal noção tem de reificadora da objectivação de um lugar. Será fundamental que fique compreendido que aquilo que pode ser designado por “património imaterial regional” remete, não para o PCI de um lugar, mas para o PCI presente e actuante num dado lugar num determinado período temporal. Mais uma vez, trata-se de deixar espaço para que a mudança e a instabilidade possam integrar a noção de património, evitando uma percepção congelada das expressões culturais que as condena à morte. Mas actualmente, para além desse implícito reconhecimento da renovação e da diversidade do património, aquela distinção básica torna-se também fundamental para que o Museu seja capaz de integrar nas suas actividades formas patrimoniais originárias de comunidades migrantes, entretanto tornadas significativas entre as populações residentes. As novas formas e práticas culturais, bem assim como os resultantes sincretismos, emergentes em função dos crescentes e cada vez mais extensos movimentos da população mundial não podem nem devem ser escamoteados. E à pergunta – nada pertinente, mas que, contudo, continua muitas vezes a ser formulada – sobre “a quem pertence” um determinado património, só se pode responder atendendo a quem dele se apropria e através dele reivindica a sua identidade cultural, não sendo legítimo aceitar qualquer outro critério para o título de “proprietário” de um património. Em paralelo importará também ter consciência de que, apesar dos fluxos migratórios mudarem os padrões geográficos do PCI, podendo mesmo causar a sua completa dissociação relativamente ao respectivo território original, tal dissociação das suas raízes territoriais não implica para o património, nem o seu desvirtuamento, nem a sua morte. Enquanto entidade cultural que tem na sua apropriação pelas pessoas a condição básica da sua perenidade, as adaptações sofridas pelo conteúdo do património, em função dos novos contextos de tempo e lugar em que é utilizado, não podem ser entendidos como sintoma de agonia, mas, antes, de vitalidade. Estreitamente relacionada com essa capacidade do património imaterial poder mudar e adaptar-se rapidamente, sem que isso signifique a sua adulteração, está uma última alteração que arrisco sugerir no quadro destas observações produzidas tendo em vista a defesa e dinamização do PCI através da instituição museológica. A herança cultural (material e imaterial) viva e actuante numa comunidade pode constituir-se como uma vantagem competitiva única pela singularidade com que um conjunto de práticas e valores a diferenciam do panorama das restantes comunidades. Em tais circunstâncias, e com mais razão ainda em regiões muito

desfavorecidas a outros níveis, tendo em mente a noção de PCI subscrita ao longo destas páginas, são incompreensíveis excessivos receios ou apreensões quanto à possibilidade do turismo cultural poder surgir como um fundamental meio de desenvolvimento local e do próprio Museu poder ser o seu principal promotor. Se o PCI abranger componentes espaciais particulares, a sua utilização como recurso turístico através da instituição museológica pode surgir ligada à criação de um EcoMuseu, mas mesmo permanecendo ao nível da forma mais tradicional do Museu, a exploração da “imaterialidade” do património em termos turísticos pode muito bem constituir-se como um valor acrescentado a rentabilizar a favor da comunidade. A criação de um evento cultural inventado completamente de novo, mas, enquanto tal, aceite e interiorizado pela comunidade como de algum modo fazendo eco de traços da sua herança cultural, pode de facto funcionar como um real incentivo para a defesa do património local. Por outro lado, uma experiência desse género que consiga ser igualmente bem sucedida em termos da sua rentabilização como fonte de desenvolvimento sustentável, pode potenciar também o movimento inverso do próprio turismo cultural surgir como um meio capaz de promover novas adesões, bem assim como conduzir à emergência de novos rasgos de criatividade. Tendo presente que o “cultural” é uma área da indústria do turismo em crescimento contínuo de oferta e procura, quase sendo possível afirmar que hoje o turismo não existiria sem cultura, surge como indiscutível o significativo potencial do PCI enquanto recurso turístico. Se tivermos também presente que o património imaterial de uma comunidade é algo imanente, mas, simultaneamente, mutável e renovável que se vai transformando ao longo dos tempos de acordo com mudanças relevantes na sociedade e que a sua salvaguarda, mais do que legislada, precisa de ser vivenciada e fruída, então, talvez não surja como demasiado excêntrico admitir que o seu uso para consumo turístico pode ser um meio positivo de o defender. O temor tantas vezes levantado da “destituição cultural” ou da “perda de autenticidade” assenta, como já antes foi referido, em pressupostos essencialistas que, como tal, não são merecedores de grande crédito a não ser na perspectiva do habitual ethos preservacionista. Não seguindo nessa direcção, talvez seja mais útil reiterar e fazer com que não seja esquecido o quanto, no contexto do património ou da cultura, a “autenticidade” é uma qualidade puramente imaginária.

Conclusão

O movimento internacional de protecção do património cultural fomentado pela Unesco, apesar dos seus sucessivos reajustamentos normativos, continua a veicular um discurso oficial de salvaguarda em que o ethos preservacionista

é inequivocamente dominante. Defendendo a necessidade de ultrapassar tal tendência, proponho uma re-conceptualização da noção de PCI que reformula a interação entre o tradicional e o contemporâneo. Em última instância, trata-se de decidir se o PCI tem de ser um passado distante e morto ou moribundo, ou se pode ser qualquer coisa vinda do passado mas reactualizada no presente. Enquanto entidade viva ele terá de se cruzar não só com a renovação e a instabilidade, mas até também com alguma dose de resistência à conservação. Contra o temor da perda e destruição cultural é preciso fazer perceber que os actos de mudança têm um potencial de renovação mais do que de destruição. Em vez do temor da perda, a razão instrumental para a defesa do património deve ser a dinâmica social contemporânea. Esta via do contemporâneo será indubitavelmente um dos principais meios de materialização do imaterial.

Bibliografia

- Adorno, T. [1967] (1981). *Prisms*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Baghli, S. A. (2004). "The Convention for the Safeguarding of the Intangible Heritage and New Perspectives for the Museums". *ICOM Nwes*, 57(4): 15-17.
- Blake, J. (2006). *Commentary on the 2003 UNESCO Convention on the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage*. Leicester: Institute of Art and Law.
- Butler, B. (2007). *Return to Alexandria: An Ethnography of Cultural Heritage Revivalism and Museum Memory*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press.
- Byrne, D. (2004). "Chartering Heritage in Asia's Postmodern World". *Conservation*, 19 (2): 16-19.
- Cleere, H. (2001). "Uneasy Bedfellows: Universality and Cultural Heritage". In R. Layton, P. Stone & J. Thomas (eds.), *Destruction and Conservation of Cultural Property*. London: Routledge, 22-29.
- Deacon, H., Dondolo, L., Mrubata, M. & Prosalendis, S. (2004). *The Subtle Power of Intangible Heritage: Legal and Financial Instruments for Safeguarding Intangible Heritage*. Cape Town: HSRC Publishers.
- Hassan, F. (2007). "The Aswan High Dam and the International Rescue Nubia Campaign". *African Archaeological Review*, 24: 73-94.
- Holtorf, C. (2006). "Can Less Be More? Heritage in the Age of Terrorism". *Public Archaeology*, 5 (2): 101-110.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (2004). "Intangible Heritage as a Metacultural Production". *Museum International*, 56: 52-65.
- Kurin, R. (2004). "Museums and Intangible Heritage: Culture Dead or Alive?". *ICOM News*, 57 (4): 7-9.
- Lowenthal, D. (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Meskel, L. (2002). "Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology". *Anthropological Quarterly*, 75 (3): 557-574.
- Nas, P. (2002). "Masterpieces of Oral and Intangible Culture: Reflections on the UNESCO World Heritage List". *Current Anthropology*, 43 (1): 139-143.
- Pigliasco, G. (2009). "Local Voices, Transnational Echoes: Protecting Intangible Cultural Heritage in Oceania". In S. Lira et al. (eds.), *Sharing Cultures 2009. International Conference on Intangible Heritage*. Barcelos: Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, 121-127.
- Ramos, M. J. (2005). "Breve Nota Crítica sobre a Introdução da Expressão «Património Intangível» em Portugal". In V. Oliveira Jorge (coord.), *Conservar para Quê?* Porto/Coimbra: DCTP- FLUP/ CEAUCP-FCT, 67-76.
- Rowlands, M. (2007). "Entangled Memories and Parallel Heritages in Mali". In F. De Jong & M. Rowlands (eds.), *Reclaiming Heritage: Alternative Imaginaries of Memory in West Africa*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 127-144.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Oxon: Routledge.
- <http://portal.unesco.org/eu/ev/php> (última consulta, Julho 2009)
- <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00002> (última consulta, Julho 2009)

<http://www.unesco.web.pt> (última consulta, Julho 2009)

www.etnodoc.org.br/patri.htm (última consulta, Julho 2009)

www.ipmuseus.pt/data/documentos (última consulta, Julho 2009)